

## Trabalhadores da Rohde

O Parlamento Europeu aprovou a **mobilização de 1,4 milhões de euros** do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização a favor de Portugal, destinados a apoiar 680 trabalhadores despedidos da **fábrica de calçado da Rohde**, em Santa Maria da Feira. É a quarta vez que Portugal recorre a este fundo, criado para ajudar a reintegrar no mercado de trabalho as pessoas que perderam o emprego devido aos efeitos da globalização ou da crise económica e financeira mundial.

ver pág.11

## Criar Emprego no Turismo

Os eurodeputados propõem a criação de uma **"marca europeia do turismo de qualidade"** e defendem uma taxa reduzida do IVA aplicado ao turismo. **O turismo é a terceira actividade socioeconómica mais importante da UE**, representando 10% do PIB e 12% do emprego.

ver pág. 9

## Segurança Rodoviária

O Parlamento Europeu recomendou a introdução em toda a UE de **velocidades máximas de 30 km/h** nas zonas residenciais que não apresentem faixa para os ciclistas. Num relatório aprovado em plenário, os eurodeputados propõem também a instalação obrigatória de **dispositivos que impeçam o arranque dos veículos em caso de alcoolemia** ("alcolocks"), como medida de reabilitação para os condutores que já tenham sido penalizados várias vezes por conduzir em estado de embriaguez.

ver pág. 8

em destaque:

## Governança Económica da UE

O Parlamento Europeu aprovou o **pacote legislativo da governança económica**, que visa dotar a UE dos meios necessários para prevenir futuras crises. As novas regras reforçam o papel de supervisão da Comissão para evitar, numa fase precoce, a ocorrência de défices orçamentais e dívida excessivos e prevêem novos indicadores para detectar os desequilíbrios macroeconómicos.

O pacote da governança económica estabelece uma **supervisão mais rigorosa das políticas económica e orçamental** por parte da UE, com a introdução de um novo conjunto de indicadores para identificar e corrigir, antes que se transformem em situações insustentáveis, os desequilíbrios macroeconómicos nos Estados-Membros.

A nova legislação regula ainda o **"Semestre Europeu"** (verificação anual dos orçamentos nacionais), prevê audições aos ministros das Finanças no Parlamento Europeu e estabelece um mecanismo de sanções mais célere, incluindo multas em caso de falsificação de estatísticas.

**Diogo Feio** afirmou: *"Os países precisam de ter as contas públicas em ordem para poderem crescer. Mesmo que haja quem defenda que as soluções óptimas para o crescimento não estão aqui presentes, não podem deixar de reconhecer que não conhecem nenhum Estado que, tendo as suas contas públicas em ordem, deixe de crescer"*.

**Elisa Ferreira** afirmou: *"no pacote há uma luz de esperança: a nova iniciativa que se propõe identificar e corrigir, antes que se transformem em problemas insolúveis, os desequilíbrios macroeconómicos que se acumulam, em particular na zona euro"*

**Carlos Coelho** afirmou: *"a actual crise económica, financeira e social demonstrou que o modelo de governança económica em vigor na União não funcionou: o quadro de supervisão revelou-se muito frágil e as regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento não foram respeitadas. Este pacote de medidas sobre a governança económica, deverá ter um papel decisivo para a prevenção de crises futuras e para o reforço da competitividade europeia e do crescimento económico."*

ver pág.12

## *Índice*

<b>Acordo UE/Palestina produtos agrícolas e pesca.....</b>	<b>3</b>
<b>Quadro estratégico comum de financiamento da investigação e inovação da UE.....</b>	<b>4</b>
<b>Acordo de parceria no domínio da pesca entre a UE e Cabo Verde.....</b>	<b>7</b>
<b>Programa de acção europeu para a segurança rodoviária.....</b>	<b>8</b>
<b>Turismo: fundos para maior competitividade e emprego.....</b>	<b>9</b>
<b>Rohde: Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização.....</b>	<b>11</b>
<b>Governança Económica Europeia.....</b>	<b>12</b>
<b>Adesão da Palestina à ONU.....</b>	<b>15</b>
<b>Acordo de Pesca UE/Marrococ.....</b>	<b>16</b>
<b>Ordem do dia da sessão.....</b>	<b>18</b>

### *Siglas dos Grupos Políticos:*

**PPE**- Partido Popular Europeu  
**S&D**- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas  
**ALDE**- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa  
**Verdes/ALE**- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia  
**CRE**- Conservadores e Reformistas Europeus  
**CEUE/EVN**- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica  
**ELD**- Europa da Liberdade e da Democracia

*Responsável: Pedro Paulos e Cruz*

*Fontes:*

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site [www.carloscoelho.eu](http://www.carloscoelho.eu)*

## **UE/Palestina: PE aprova abertura do mercado aos produtos agrícolas e da pesca**

O Parlamento Europeu aprovou um acordo que prevê o acesso com isenção de direitos e sem limites de contingentes para as importações palestinianas de produtos agrícolas e da pesca no mercado da UE a partir de 2012. O objectivo é ajudar o desenvolvimento da economia palestiniana. Os produtos provenientes dos territórios palestinianos têm estado até hoje sob o controlo directo das alfândegas israelitas.

*"Abrir o mercado europeu directamente aos produtos palestinianos é apenas a primeira etapa na construção de um Estado palestiniano, na lógica de uma solução com dois Estados e no contexto do desenvolvimento económico palestiniano", disse a relatora da Comissão do Comércio Internacional do PE, Maria Eleni Koppa (S&D, GR).*

O acordo prevê o acesso com isenção de direitos (e principalmente também sem limites de contingentes) para as importações palestinianas de produtos agrícolas, produtos agrícolas transformados, peixe e produtos da pesca no mercado da UE.

Diversos produtos da mesma natureza originários da UE terão isenção de direitos (mas não de contingentes) para aceder ao mercado da Palestina, com algumas excepções.

Em termos quantitativos, a Autoridade Palestiniana é o mais pequeno parceiro comercial da UE. Em 2009, as transacções comerciais ascenderam a 56,6 milhões de euros, dos quais apenas 6,1 milhões de euros representaram as importações provenientes da Autoridade Palestiniana. Durante o primeiro trimestre de 2010, observou-se, no entanto, um aumento de 32,6% das importações.

Este regime de importações terá uma duração de dez anos, podendo ser prorrogado. No caso (pouco provável) de as importações de produtos palestinianos aumentarem a ponto de causar graves perturbações do mercado interno, a UE poderá adoptar medidas de salvaguarda.

### **Intervenção de eurodeputados portugueses no debate:**

**Vital Moreira (S&D):** *"Creio que todos nós devemos saudar este acordo comercial entre a União Europeia e a Autoridade Palestiniana.*

*Sendo tão baixo, actualmente, o valor das trocas comerciais entre as duas partes, qualquer aumento pode ter um impacto significativo, não só na melhoria das condições de vida dos palestinianos, mas também na capacidade da Autoridade Palestiniana de construir o Estado - State Building - que está em causa, e é de saudar que, por acaso, este voto tenha lugar justamente quando nas Nações Unidas a Autoridade Palestiniana propõe o reconhecimento do Estado palestiniano. Devemos saudar esta coincidência."*

**João Ferreira (GUE/NGL):** *"É imperioso e urgente furar o bloqueio a que Israel vem sujeitando a Palestina e o seu povo, ao arrepio da legalidade internacional e de todas as resoluções relevantes da ONU.*

*Ao propor a aprovação deste acordo, a Comissão não pode, todavia, ignorar a realidade no terreno. E a realidade, já aqui hoje referida, é a de uma brutal e ilegal ocupação que, entre muitos outros aspectos, cria inúmeros obstáculos às exportações e importações palestinianas, para além de quotidianas barreiras e limitações à circulação de pessoas e mercadorias.*

*Além disso, este acordo levanta necessariamente uma outra questão: a das relações comerciais entre a União Europeia e o Estado de Israel, sabendo-se, como se sabe, que, ao abrigo deste acordo, dos acordos existentes com Israel, entram no mercado europeu produtos originários dos colonatos israelitas. Isto, apesar de, há mais de uma década, a própria Comissão ter considerado que nenhum colonato nos territórios ocupados pode ser considerado território israelita.*

*Perante este problema bem conhecido, a Comissão endossa o problema aos Estados-Membros e sacode as suas próprias responsabilidades. Tudo isto vem reforçar, afinal de contas, que é mais do que tempo de reconhecer a independência do Estado da Palestina, conforme pedido apresentado nas Nações Unidas pela Autoridade Nacional Palestiniana, como um passo indispensável para a resolução justa deste conflito e em linha com o direito internacional."*

## **Fundos de investigação da UE e fundos estruturais devem manter-se separados, diz Parlamento Europeu**

O Parlamento Europeu aprovou um relatório de Marisa Matias sobre o quadro estratégico comum de financiamento da investigação e inovação da UE para o período pós-2013. Os eurodeputados defendem que os programas e fundos de investigação da UE e os fundos estruturais e de coesão devem manter-se separados e propõem novas abordagens para ajudar as regiões e os Estados-Membros com pior desempenho nesta área.

A Comissão Europeia propôs a fusão de todos os fundos relacionados com a investigação, incluindo os fundos estruturais. O relatório de Marisa Matias (CEUE/EVN) defende que os programas e fundos de investigação da UE e os fundos estruturais e de coesão deveriam manter-se separados, visto terem objectivos diferentes.

*"Na área da investigação, os vários países da UE encontram-se a vários níveis. A fusão destes fundos conduziria ao agravamento das desigualdades entre os Estados-Membros ao afectar grandemente a atribuição de fundos para a investigação a países menos desenvolvidos nesta área, como Portugal", afirma Marisa Matias.*

Durante o debate em plenário, a eurodeputada explicou: *"Apostei em manter separados os fundos estruturais dos fundos europeus, porque é preciso fazermos o caminho para a coesão. É importante garantir que há condições decentes de trabalho para os investigadores e investigadoras da Europa e que se implementem as medidas de simplificação na investigação"*.

O PE exorta a Comissão a maximizar todas as sinergias entre o Quadro Estratégico Comum de Financiamento da Investigação e Inovação da UE, os Fundos Estruturais, o Fundo Europeu para a Agricultura e o Desenvolvimento Rural e o Fundo Europeu das Pescas e a desenvolver uma *"abordagem multifundos"*, sem deixar de respeitar os seus diferentes objectivos.

O relatório sublinha também que são necessárias novas abordagens para ajudar as regiões e os Estados-Membros com pior desempenho a alcançar a excelência e uma especialização regional inteligente.

### **Duplicação do orçamento a partir de 2014**

Os eurodeputados solicitam que, a partir de 2014, se duplique o orçamento previsto para o próximo exercício para os programas de investigação e inovação da UE (com excepção do

orçamento consagrado à I&D&I no âmbito dos fundos estruturais e do BEI), como resposta à actual crise económica.

*"Um aumento do orçamento público afectado à investigação deve ter por objectivo proporcionar benefícios sociais mais gerais e aumentar a competitividade", frisa o PE.*

*"A investigação, a inovação e o desenvolvimento não são um domínio de somenos importância, estamos a falar apenas da terceira maior camada do orçamento europeu, para além da agricultura e da coesão. É óbvio que é um domínio fundamental para o crescimento económico, para a criação de emprego, e aqui reforço, mais uma vez, emprego de qualidade", disse a relatora em plenário.*

### **Mais equidade e mais transparência**

Marisa Matias propõe que, tratando-se de fundos públicos, o novo quadro comum promova no financiamento uma perspectiva integrada que seja mais acessível e equitativa entre os investigadores de todos os Estados-Membros e mais simples e atractiva para os participantes, nomeadamente para as PME's.

O relatório defende uma maior transparência e coerência no financiamento das linhas de investigação e inovação ao colocar objectivos estratificados e claros.

### **Uma oportunidade para gerar emprego**

Para a eurodeputada, nesta época de crise profunda a investigação e inovação é uma oportunidade que não pode ser desperdiçada. *"A UE precisa de repensar a sua estratégia para colocar a ciência e a tecnologia ao serviço da criação de empregos de qualidade e da construção de uma sociedade técnica e socialmente mais inovadora. E deve fazê-lo com condições dignas de trabalho para os investigadores em todas as fases das suas carreiras. É nesse sentido que vai este relatório", explica.*

### **Intervenção de eurodeputados portugueses no debate:**

**Maria da Graça Carvalho (PPE):** *"Começo por felicitar a Deputada Marisa Matias pelo excelente trabalho e pela colaboração construtiva que estabeleceu com os outros Grupos políticos. É com regozijo que o Grupo PPE vê as suas principais propostas contempladas neste relatório. São estas: o aumento do orçamento do próximo Quadro para a Investigação e Inovação, a coordenação deste com os Fundos Estruturais, a inclusão do conceito Caminhos para a excelência, a criação das condições para um maior envolvimento da indústria e, em particular, das PME, a promoção da participação dos jovens investigadores e a simplificação administrativa e financeira.*

*A investigação e a inovação são dois pilares fundamentais para o desenvolvimento económico e para a criação de emprego. É, portanto, crucial aumentar a parcela do financiamento atribuída à investigação e inovação dentro do orçamento global da UE, através do aumento substancial do programa-quadro e da percentagem dos Fundos Estruturais dedicados a este sector.*

*O primeiro objectivo do programa-quadro é promover a excelência e assim deve continuar, mas é igualmente importante criar as condições para a participação de pequenas unidades, embriões de excelência como pequenos grupos de investigação e empresas inovadoras. Tendo em vista este objectivo, o relatório propõe o conceito Caminhos para a excelência.*

*Reconhecendo o papel fundamental do tecido empresarial na criação de emprego e no desenvolvimento económico, o PPE congratula-se com a importância que é atribuída às PME neste relatório. O desemprego de jovens altamente qualificados é um flagelo em vários países da UE. A participação dos jovens em projectos de investigação será altamente benéfica.*

*Por fim, urge simplificar o acesso aos Fundos para a investigação e o desenvolvimento, para criar uma cultura de confiança entre todos os envolvidos de forma a reforçar a investigação e a inovação na Europa."*

**António Correia de Campos (S&D):** *"Gostaria de saudar Marisa Matias pelo seu excelente relatório. A importância do Quadro Estratégico Comum de Financiamento da Investigação e Inovação vai muito para lá dos seus objectivos estritamente científicos. Ele é hoje um instrumento vital da UE 2020, do crescimento económico, da criação de emprego, da inovação e da competitividade.*

*Mas temos que aprender com o passado e os seus erros. Nós necessitamos de um programa com mais dimensão e mais ambição, que seja eficaz na promoção da excelência científica e no apoio à exploração económica e societal dos resultados de investigação, que continue com aquilo que antes funcionou bem, prosseguindo-o e ampliando-o como é o caso do European Research Council e que vá o mais longe possível nos esforços de simplificação. Finalmente, um programa que promova um espaço único de investigação europeu a uma só velocidade, como aqui já foi salientado duas vezes, isto é, esbatendo as diferenças entre Estados-Membros.*

*A este respeito, deixo o alerta: há muito trabalho a fazer, temos que consolidar os caminhos de excelência. A Europa não pode falhar nesta tarefa."*

**Marisa Matias (GUE/NGL):** *"Quero, antes de mais, começar por agradecer a colaboração de todos, a boa cooperação que houve durante a realização e a elaboração deste relatório. E quero, sobretudo, agradecer porque foi feito num período particularmente difícil que foi o período das férias de Verão, em que todos tiveram disponíveis para colaborar na elaboração de compromissos e para chegarmos aqui hoje, a este debate, e podermos debater o conteúdo do relatório.*

*Quero também agradecer aos relatores dos diferentes pareceres das comissões que estiveram envolvidos, pelos contributos que puderam dar e que foram incorporados no relatório final e, antes de passar ao conteúdo propriamente do relatório, não posso deixar de dar uma palavra de muito apreço e agradecimento aos dois funcionários da Comissão da Indústria, Investigação e da Energia, Susanne Kiefer e Oren Gai, que ficaram comigo durante o mês de Agosto a trabalhar e acho que merecem mais do que um reconhecimento e um agradecimento muito especial.*

*Dito isto, foi em boa hora que a Comissão lançou um Quadro Estratégico Comum de Financiamento da Investigação e Inovação no período de 2014-2020, sobre o qual também já tivemos muitas oportunidades de falar com a Senhora Comissária e que, no meu entender, é uma oportunidade de ouro para podermos reforçar aquilo que são as mais-valias e a força da investigação e da inovação no contexto europeu.*

*Mas, também, como já tive oportunidade de dizer várias vezes, entendo que um Quadro Comum de Financiamento da Investigação e Inovação não se faz pela soma das partes, porque sabemos que, muitas vezes, o todo não é igual à soma das partes. E, portanto, ao juntarmos o Programa-Quadro, o Instituto Europeu da Inovação e da Tecnologia e o Programa Europeu de Competitividade e Inovação e ao somarmos os montantes que estão associados não temos uma estratégia comum, a não ser que pensemos quais são os objectivos que devem estar associados a esta proposta.*

*E foi por isso que procurei, desde o início, na proposta, definir quais eram os objectivos principais. Penso que os recursos que temos à nossa disposição servem sobretudo para três dimensões fundamentais.*

*Em primeiro lugar, o reforço das capacidades: os investigadores e as investigadoras da Europa são o recurso mais valioso que temos para a investigação. O reforço dessas capacidades, juntamente com as infra-estruturas, é um dos níveis de investimento que devemos abraçar como prioritário.*

*Em segundo lugar, e como segundo objectivo, o potencial e a cooperação que temos no domínio da investigação. Esse é seguramente um dos domínios onde nós temos tido mais sucesso, convém reforçá-lo, convém não deixar cair áreas fundamentais e determinantes para aquilo que é a riqueza europeia como as ciências sociais, a investigação fundamental. Sem elas não teremos inovação, sem elas não conhecemos as sociedades sobre as quais devemos intervir politicamente e é por isso que não podemos deixá-las cair.*

*E, em terceiro lugar, a inovação e o mercado orientados para o bem comum. Penso que só definindo quais são os objectivos é que conseguimos ter verdadeiramente um Quadro Comum que sirva a todos e que possa fazer da investigação e da inovação domínios centrais e determinantes numa altura igualmente fulcral como é esta que vivemos actualmente: uma situação de crise económica, social e financeira, em que estamos num caminho de uma Europa cada vez mais divergente.*

*Foi por isso que apostei em manter separados os Fundos Estruturais dos Fundos Europeus, porque é preciso fazermos o caminho para a coesão, é por isso que é importante garantir que há condições decentes de trabalho para os investigadores e investigadoras da Europa e que se implementem as medidas de simplificação na investigação. Falo como investigadora durante dez anos. Os investigadores não podem ser cobaias dos próprios sistemas burocráticos que criamos, é preciso implementá-los. E também é por isso que é muito importante que não tenhamos apenas em conta a excelência mas sobretudo o caminho para a excelência.*

*Numa Europa divergente a competição não pode ser uma corrida onde ganham sempre aqueles que têm acesso aos primeiros lugares da meta e nós sabemos quais são, Senhora Comissária. Portanto, é importante garantir que a competição, como é vista no domínio da investigação e da inovação, seja saudável para termos melhores condições para todos, mas que seja no sentido da coesão e da convergência para fazer da Europa uma zona de excelência como um todo nesse mesmo domínio."*

## Parlamento Europeu aprova acordo de pesca UE-Cabo Verde

**O Parlamento Europeu aprovou a celebração de um protocolo ao acordo de parceria no domínio da pesca entre a UE e Cabo Verde. O novo protocolo tem uma duração de três anos e autoriza a pescar nas águas cabo-verdianas 11 atuneiros com canas, 28 atuneiros cercadores e 35 palangreiros de superfície da UE, entre os quais nove portugueses, mais dois do que à luz do anterior protocolo.**

Este quadro permite comparar alguns dos elementos do antigo e do novo protocolo, assim como a evolução da repartição das possibilidades de pesca pelos Estados-Membros:

<b>Duração do Protocolo</b>	4 anos e 5 meses (30.03.2007-31.08.2011)	3 anos (01.11.2011- 31.08.2014)
<b>Rubricado em</b>	16 de Dezembro de 2005	22 de Dezembro de 2010
<b>Natureza do Acordo</b>	Acordo de pesca do atum	Acordo de pesca do atum
<b>Contrapartida financeira</b>	385.000€, 60.000€ dos quais afectados pela UE para o apoio à política sectorial das pescas de Cabo Verde, tendo-se Cabo Verde comprometido a aumentar este valor para 100% da contrapartida global	435.000€, 110.000€ dos quais afectados para o apoio à política sectorial das pescas de Cabo Verde
<b>Taxas para os armadores</b>	35€ por tonelada capturada (atuneiros cercadores e palangreiros) 25€ por tonelada capturada (atuneiros	35€ por tonelada capturada (atuneiros cercadores e palangreiros)

	com canas).	25€ por tonelada capturada (atuneiros com canas).				
<b>Adiantamentos</b>	- Atuneiros cercadores: 3.950€ por ano (capturas de ref.: 110 t) - Palangreiros de superfície: 2.900€ por ano (capturas de ref.: 80 t) - Atuneiros com canas: 500€ por ano (capturas de ref.: 16 t)	- Atuneiros cercadores: 4.375€ por ano (capturas de ref.: 125 t) - Palangreiros de superfície: 3.150€ por ano (capturas de ref.: 90 t) - Atuneiros com canas: 450€ por ano (capturas de ref.: 18 t)				
<b>Tonelagem de referência</b>	5.000 t/ano	5.000 t/ano				
<b>Possibilidades de pesca</b>						
<b>Estado Membro</b>	<b>Atuneiros cercadores (2007/2011)</b>	<b>Atuneiros cercadores (2011/2014)</b>	<b>Palangreiros de superfície (2007/2011)</b>	<b>Palangreiros de superfície (2011/2014)</b>	<b>Atuneiros com canas (2007/2011)</b>	<b>Atuneiros com canas (2011/2014)</b>
Espanha	12	16	41	26	7	7
França	13	12	0	0	4	4
<b>Portugal</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>9</b>	-	-
Total/navios	25	28	48	35	11	11

A resolução legislativa foi aprovada em plenário por 539 votos a favor, 82 contra e 21 abstenções.

## Segurança rodoviária: PE propõe velocidade máxima de 30 km/h nas zonas residenciais

O Parlamento Europeu recomendou a introdução em toda a UE de velocidades máximas de 30 km/h nas zonas residenciais que não apresentem faixa para os ciclistas. Num relatório aprovado em plenário, os eurodeputados propõem também a instalação obrigatória de dispositivos que impeçam o arranque dos veículos em caso de alcoolemia ("*alcolocks*"), como medida de reabilitação para os condutores que já tenham sido penalizados várias vezes por conduzir em estado de embriaguez.

O Parlamento Europeu apela à elaboração, com carácter de urgência, de um novo programa de acção europeu para a segurança rodoviária. Entre as medidas propostas pelos eurodeputados, encontram-se a harmonização dos sinais e regras de trânsito na UE e da taxa de alcoolemia.

Os eurodeputados defendem também que a instalação de "*alcolocks*" deve ser tornada obrigatória em todos os veículos comerciais de carga e de transporte de passageiros, pedindo à Comissão que apresente, até 2013, uma proposta de directiva neste sentido.

O objectivo é reduzir para metade as mortes nas estradas europeias até 2020. O Parlamento Europeu propõe ainda que sejam estabelecidos os seguintes objectivos para esta década:

- redução de 40% do número de feridos em perigo de vida;
- redução de 60% do número de vítimas mortais entre as crianças até aos 14 anos;
- redução de 50% do número de peões e ciclistas mortos em acidentes rodoviários.



Os eurodeputados sugerem a criação, até 2014, do cargo de coordenador da segurança rodoviária da UE, que deverá ajudar os Estados-Membros a pôr em prática o programa de acção europeu.

Em 2009, mais de 35 000 pessoas morreram nas estradas da UE – uma situação que corresponde à queda de cerca de 250 aviões comerciais de média dimensão cheios de passageiros – e 1 500 000 sofreram ferimentos, que levam frequentemente a incapacidades permanentes.

O custo dos acidentes de viação para a sociedade está estimado em cerca de 130 000 milhões de euros anuais.

#### **Intervenção de eurodeputados portugueses no debate:**

**Carlos Coelho (PPE):** *"Não obstante os esforços envidados a nível europeu, o número de mortos na estrada mantém-se assustadoramente elevado (35 000 mortos em 2009 e 1,5 milhões de feridos graves).*

*Congratulo-me com a comunicação apresentada pela Comissão Europeia para um espaço europeu de segurança rodoviária, na medida em que considero vital um investimento profundo e coordenado na melhoria da educação rodoviária, das infra-estruturas rodoviárias, dos serviços de emergência e prestação de socorro, bem como da aplicação e cumprimento das regras de trânsito. Se é certo que estas medidas devem ser tomadas ao nível mais próximo possível dos cidadãos, na senda do princípio da subsidiariedade, também é certo que uma abordagem coerente e integrada a nível europeu é premente e necessária.*

*Felicitó o Parlamento pelo relatório alcançado e partilho a opinião de que é prioritária a criação de um Coordenador Europeu para a Segurança Rodoviária que coordene as medidas entre a Comissão e os Estados-Membros, promova iniciativas e sinergias no plano da segurança rodoviária, o intercâmbio de melhores práticas e faça a ligação entre os níveis políticos e académicos relevantes. Apoio, de igual modo, o objectivo de reduzir para metade o total de vítimas mortais até 2020, sendo que o objectivo a longo prazo deverá ser o de 0 vítimas mortais."*

## **Turismo: fundos europeus para apostar na qualidade e criação de emprego**

**A indústria do turismo deve beneficiar de apoio financeiro dos fundos europeus para melhorar a competitividade e ajudar à criação de emprego em tempos de austeridade orçamental, diz o Parlamento Europeu num relatório aprovado em plenário. Os eurodeputados propõem a criação de uma "marca europeia do turismo de qualidade" e defendem uma taxa reduzida do IVA aplicado ao turismo. O turismo é a terceira actividade socioeconómica mais importante da UE, representando 10% do PIB e 12% do emprego.**

O turismo deve continuar a desempenhar um papel importante na política de coesão no âmbito das perspectivas financeiras 2014-2020, defende o PE. Os eurodeputados querem que a reconversão de zonas turísticas degradadas seja incluída no próximo quadro financeiro plurianual e nos regulamentos dos fundos estruturais a título prioritário, com o objectivo de garantir a competitividade e sustentabilidade dessas zonas.

O PE sublinha a importância de diversificar a oferta turística para combater os efeitos da sazonalidade, recomendando a promoção do turismo cultural, histórico, religioso, ambiental e paisagístico, bem como do turismo rural e do agroturismo.

Os eurodeputados propõem a criação de um "cartão europeu de turista", com o objectivo de fidelizar os turistas que viajam na Europa, e uma harmonização progressiva dos sistemas de classificação das infra-estruturas de alojamentos (hotéis, residenciais, etc).

## **Zonas costeiras e regiões insulares**

As zonas costeiras são o principal destino turístico na Europa. O PE salienta que *"se deve atentar cuidadosamente nos métodos de ordenamento do território costeiro, nos riscos de uma urbanização intensiva e na exigência de manter a qualidade e a sustentabilidade dos espaços costeiros, do seu património e das infra-estruturas de serviços aos turistas"*.

O PE insiste que é preciso investir recursos adequados para preservar as costas europeias do fenómeno da erosão, proteger o património ambiental e faunístico e melhorar a qualidade das águas. Os parlamentares acolhem favoravelmente a iniciativa da Comissão de desenvolver uma estratégia para um turismo costeiro e marítimo sustentável e apelam ao desenvolvimento de estratégias específicas similares para as regiões insulares.

O sector do turismo é responsável por 10% do PIB e por 12% do emprego total, tornando-o a terceira actividade socioeconómica mais importante da UE.

Este sector é constituído, na sua maioria, por micro, pequenas e médias empresas, é o principal recurso para algumas regiões da UE, como as ilhas, e desempenha um papel essencial no desenvolvimento e na coesão económica, social e territorial da UE.

### **Intervenção de eurodeputados portugueses no debate:**

**Nuno Teixeira (PPE):** *"Senhor Presidente, Senhor Comissário, o turismo necessita de uma abordagem europeia clara e coordenada, com olhar atento às potencialidades e desafios que os diferentes modos turísticos têm para nos oferecer."*

*A diversidade turística que a União Europeia apresenta é de tal maneira rica que permite um crescimento exponencial deste sector e da própria competitividade da União Europeia. Uma aposta neste sector-chave, que representa 10 % do PIB e cerca de 12 % do emprego na União Europeia, permitirá criar não só o valor acrescentado europeu, como também fazer face à crise económica em que nos encontramos.*

*Provenho de uma região ultraperiférica, a Madeira, onde o turismo é a principal actividade económica. E, por isso, a criação de uma rubrica específica para o sector no quadro financeiro 2014-2020 é indispensável para um crescimento coeso e sustentável do turismo, que é composto essencialmente por pequenas e médias empresas.*

*A concretização de uma verdadeira política europeia do turismo, sustentável e diversificada, necessita de um plano estratégico concreto, com calendário, acções e financiamento bem definidos, capaz de reforçar a visibilidade e a qualidade do sector turístico na União Europeia.*

**Carlos Coelho (PPE):** *"Para que a Europa possa manter o seu papel de primeiro destino turístico no mundo é essencial desenvolver uma política ambiciosa do turismo com uma abordagem coordenada e um quadro de acção que permita reforçar a competitividade e a capacidade de crescimento sustentável neste sector."*

*Cumprimento a Comissão pela apresentação de 21 propostas de acção e respectivo plano de implementação, onde deverão ser identificadas as acções prioritárias e respectiva calendarização. O quadro de acção proposto assenta em 4 pilares: estimular a competitividade, através do apoio à inovação e às TIC, à melhoria das competências profissionais e formação e a uma maior flexibilidade da sazonalidade; promover um turismo sustentável, diversificado, responsável, de qualidade e acessível a todos; consolidar ao nível internacional a imagem da UE, ao mesmo tempo que se deverão coordenar e simplificar os procedimentos de emissão de vistos turísticos, melhorando a capacidade de atracção dos nossos destinos turísticos; maximizar o potencial das políticas e dos instrumentos financeiros disponibilizados, contribuindo para a competitividade do sector.*

*É, igualmente, necessário criar um quadro regulamentar mais claro e rigoroso para os consumidores e empresas, o que implica a revisão urgente de legislação comunitária existente, como é o caso da Directiva Viagens Organizadas, ou da Directiva relativa ao regime especial do IVA – TOMS. "*

## **Rohde: PE aprova mobilização de 1,4 milhões de euros para Portugal**

O Parlamento Europeu aprovou a mobilização de 1,4 milhões de euros do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização a favor de Portugal, destinados a apoiar 680 trabalhadores despedidos da fábrica de calçado da Rohde, em Santa Maria da Feira. É a quarta vez que Portugal recorre a este fundo, criado para ajudar a reintegrar no mercado de trabalho as pessoas que perderam o emprego devido aos efeitos da globalização ou da crise económica e financeira mundial.

O Parlamento Europeu aprovou a mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG) a favor de Portugal por 555 votos a favor, 64 contra e 25 abstenções. A aprovação pelo Conselho de Ministros da UE, o outro ramo da autoridade orçamental, está agendada para 4 de Outubro.

A candidatura portuguesa ao FEG, apresentada em 26 de Novembro do ano passado, ocorreu na sequência de 974 despedimentos na Rohde – Sociedade Industrial de Calçado Luso-Alemã, Lda., uma empresa fabricante de calçado.

Dos 974 trabalhadores despedidos, 680 são potenciais beneficiários de assistência (as autoridades portuguesas estimam que cerca de 70% dos trabalhadores despedidos participarão nas medidas co-financiadas pelo FEG, enquanto os restantes encontrarão outro emprego, deslocar-se-ão para fora do país, passarão à reforma ou participarão noutras acções complementares às co-financiadas pelo FEG).

O pacote de assistência incluirá o reconhecimento de competências, formação profissional, bolsas para formação por iniciativa pessoal, formação e ajuda com vista à criação de empresas, apoio à auto-colocação e incentivos ao recrutamento.

O custo total estimado deste pacote ascende a 2,23 milhões de euros, dos quais 1,4 milhões foram solicitados ao FEG (65% dos custos totais).

### **Região Norte e Centro**

Os despedimentos afectaram essencialmente o município de Santa Maria da Feira (região Norte), onde estava localizada a Rohde, mas tiveram também repercussões no município contíguo de Ovar (região Centro).

O encerramento da Rohde acrescentou quase um milhar de trabalhadores aos candidatos a emprego nas duas regiões, já de si afectadas por taxas de desemprego superiores à do país no seu conjunto.

Ambas as regiões já foram aceites para receber assistência do FEG em Junho de 2009 (sector têxtil). A Região Norte foi de novo aceite para receber assistência do FEG em Setembro de 2010 (Qimonda).

### **Candidaturas portuguesas ao FEG**

2007: Lisboa-Alentejo (indústria automóvel)

2009: Qimonda (equipamento electrónico)

2009: Norte-Centro (sector têxtil)

2010: Rohde (calçado)

2011: Norte - Centro Automotive Industry

## **Intervenção de eurodeputados portugueses no debate:**

**Carlos Coelho (PPE):** *"Com o alargamento deste Fundo a candidaturas, a partir de 2009, que requeiram assistência para trabalhadores despedidos em consequência directa da crise financeira e económica global, a candidatura apresentada por Portugal relativamente aos despedimentos feitos na Rohde passou a ser elegível.*

*A candidatura de mobilização do FEG foi apresentada em 26 de Novembro de 2010, na sequência do despedimento por parte da empresa Rohde, com sede em Santa Maria da Feira, de 974 trabalhadores. A assistência financeira deve ser dinâmica e ser prestada o mais rápida e eficientemente possível, tendo como objectivo primordial apoiar a reinserção individual dos trabalhadores despedidos na vida activa. E as medidas adoptadas devem conduzir, a longo prazo, à criação de mais empregos.*

*Congratulo-me com o facto de o orçamento para 2011 ter sido reforçado com as dotações necessárias, permitindo cobrir esta candidatura, cerca de 1 449 500 euros. Lamento que tenha demorado tanto tempo para estes trabalhadores poderem receber a assistência necessária e espero que se possa proceder a uma revisão do FEG, de forma a introduzir as melhorias necessárias, que permitam obter uma maior eficiência, transparência e visibilidade no futuro."*

## **Parlamento Europeu aprova novas regras para a governação económica na UE**

**O Parlamento Europeu aprovou o pacote legislativo da governação económica, que visa dotar a UE dos meios necessários para prevenir futuras crises. As novas regras reforçam o papel de supervisão da Comissão para evitar, numa fase precoce, a ocorrência de défices orçamentais e dívida excessivos e prevêm novos indicadores para detectar os desequilíbrios macroeconómicos. Diogo Feio e Elisa Ferreira são relatores de dois dos seis textos que integram o pacote legislativo.**

O pacote da governação económica estabelece uma supervisão mais rigorosa das políticas económica e orçamental por parte da UE, com a introdução de um novo conjunto de indicadores para identificar e corrigir, antes que se transformem em situações insustentáveis, os desequilíbrios macroeconómicos nos Estados-Membros.

A nova legislação regula ainda o "*Semestre Europeu*" (verificação anual dos orçamentos nacionais), prevê audições aos ministros das Finanças no Parlamento Europeu e estabelece um mecanismo de sanções mais célere, incluindo multas em caso de falsificação de estatísticas.

Alguns dos textos legislativos foram aprovados por uma escassa maioria (*resultados no final da página*), com os grupos de esquerda e centro-esquerda a votarem contra ou a absterem-se na votação de várias partes do pacote por considerarem que a legislação se centra demasiado na disciplina orçamental e na austeridade em detrimento do crescimento económico e do emprego.

Os textos hoje aprovados em plenário serão agora transmitidos aos ministros das Finanças dos 27, que deverão aprovar formalmente a nova legislação no Conselho de 4 de Outubro.

### **Sanções semi-automáticas**

As novas regras, que revêm e reforçam o Pacto de Estabilidade e Crescimento, prevêm a possibilidade de a Comissão realizar visitas de "*vigilância*" ou de "*fiscalização*" aos Estados-Membros. O executivo comunitário terá, aliás, um papel mais enérgico em todo o processo de supervisão.

Se um Estado-Membro não cumprir os princípios acordados, poderá ser alvo de uma advertência por parte da Comissão, mesmo na fase preventiva do Pacto de Estabilidade e Crescimento. No caso de incumprimento persistente e/ou particularmente grave, a Comissão elaborará uma recomendação a dirigir pelo Conselho a esse país para que adopte medidas correctivas.

A recomendação de medidas correctivas será considerada adoptada pelo Conselho a menos que uma maioria qualificada de Estados-Membros votar contra (a denominada "votação por maioria qualificada invertida").

A nova legislação reforça também o procedimento relativo aos défices excessivos, procurando evitar que os governos infrinjam os limiares estabelecidos (os défices públicos não devem ser superiores a 3% do PIB e as dívidas a 60% do PIB).

Os países da zona euro objecto de um procedimento por défice excessivo terão de efectuar um depósito não remunerado correspondente a 0,2% do PIB e adoptar medidas correctivas. Se um país não cumprir e recomendação que lhe foi feita, o depósito será convertido em multa.

Segundo **Diogo Feio** (PPE) é possível, no Pacto de Estabilidade e Crescimento de que foi relator na parte correctiva, juntar à ideia de estabilidade e disciplina orçamental a ideia de crescimento. *"Os países precisam de ter as contas públicas em ordem para poderem crescer. Mesmo que haja quem defenda que as soluções óptimas para o crescimento não estão aqui presentes, não podem deixar de reconhecer que não conhecem nenhum Estado que, tendo as suas contas públicas em ordem, deixe de crescer. Enquanto relator, tive a oportunidade de colocar algumas regras de flexibilidade que levam a uma aplicação mais inteligente do Pacto de Estabilidade e Crescimento"*, disse.

Para **Elisa Ferreira** (S&D), *"no pacote há uma luz de esperança: a nova iniciativa que se propõe identificar e corrigir, antes que se transformem em problemas insolúveis, os desequilíbrios macroeconómicos que se acumulam, em particular na zona euro. Mais do que sancionar, importa identificar competentemente os riscos, saber se eles são da responsabilidade do país ou se resultam de impactos vindos do exterior e importa fazer recomendações correctas, a tempo e exequíveis"*.

No entanto, *"há um lado que falta: faltam as condições para que os países possam crescer, porque se um país não crescer, não produz excedentes, não vai conseguir pagar aquilo que pediu emprestado. Não existe o outro lado da medalha, digamos assim, não existe a gestão em comum da dívida soberana, o aumento do orçamento europeu ou até a inclusão de uma margem para o investimento poder estimular o crescimento"*, lamenta a eurodeputada socialista.

O pacote da governação económica é constituído por seis textos legislativos, que foram aprovados com as seguintes maiorias:

**Relatório Wortmann-Kool** (reforço da supervisão e coordenação das políticas económicas): 354 votos a favor, 269 contra e 34 abstenções

**Relatório Goulard** (supervisão orçamental na área do euro): 352 votos a favor, 237 contra e 67 abstenções

**Relatório Haglund** (medidas para corrigir os desequilíbrios macroeconómicos excessivos na área do euro): 394 votos a favor, 63 contra e 206 abstenções

**Relatório Ferreira** (prevenção e correcção dos desequilíbrios macroeconómicos): 554 votos a favor, 90 contra e 21 abstenções

**Relatório Feio** (procedimento relativo aos défices excessivos): 363 votos a favor, 268 contra e 37 abstenções

**Relatório Ford** (requisitos aplicáveis aos quadros orçamentais nacionais): 442 votos a favor, 185 contra e 40 abstenções

**Intervenção de eurodeputados portugueses no debate:**

**Carlos Coelho (PPE):** " A actual crise económica, financeira e social demonstrou que o modelo de governação económica em vigor na União não funcionou: o quadro de supervisão revelou-se muito frágil e as regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento não foram respeitadas.

Concordo por isso com o pacote de medidas que a Comissão Europeia apresentou sobre a governação económica, que deverá ter um papel decisivo para a prevenção de crises futuras e para o reforço da competitividade europeia e do crescimento económico.

Apoio o Relatório Wortmann-Kool sobre o reforço da supervisão orçamental e coordenação das políticas económicas. Concordo com a introdução da votação por maioria invertida em todo o pacote, e em especial na parte preventiva do Pacto de Estabilidade e Crescimento. É desta forma reforçado o papel da Comissão Europeia ao exigir ao Conselho uma maioria qualificada para derrogar a decisão da Comissão.

Acho muito importante o diálogo económico aqui previsto, que assegura uma maior transparência e responsabilização e a evidente e necessária ligação com o semestre europeu. Aplaudo o reforço das regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento, permitindo uma maior vigilância, procurando evitar, numa fase precoce, a ocorrência de défices orçamentais, mas também de dívidas excessivas, visando um crescimento sustentável.

Apoio o Relatório Goulard sobre a aplicação efectiva da supervisão orçamental. É importante que se estabeleçam parâmetros comuns que assegurem uma compilação correcta e independente de estatísticas, que são essenciais para delinear as estratégias orçamentais, bem como a respectiva monitorização. Aplaudo a previsão de multas, até ao máximo de 0,2 % do PIB, nos casos de estatísticas fraudulentas, de forma a penalizar fraudes relacionadas com o cálculo do défice e da dívida pública, tanto dentro como fora da zona euro. Concordo com a possibilidade de os países fora do euro poderem aderir a este sistema.

Apoio o Relatório Haglund sobre a aplicação de medidas para corrigir o excesso de desequilíbrios macroeconómicos, onde se estabelece um regime de sanções para efeitos da correcção efectiva desses desequilíbrios. Apoio o uso crescente dos procedimentos automáticos, em que os avisos e as sanções só poderão ser bloqueados pelo Conselho através de uma maioria qualificada.

Apoio o Relatório da Deputada Elisa Ferreira que estabelece regras pormenorizadas para a detecção de desequilíbrios macroeconómicos e para a prevenção e correcção de desequilíbrios macroeconómicos excessivos na UE. Apoio a criação de um mecanismo de alerta concebido para facilitar a identificação precoce e a monitorização de desequilíbrios quer a curto prazo quer de desequilíbrios resultantes de tendências estruturais e a longo prazo.

Felicitó a Comissão pela previsão do scoreboard, que é composto por um pequeno número de indicadores macroeconómicos e macrofinanceiros relevantes, práticos, simples, mensuráveis e disponíveis relativos aos Estados-Membros. Acho igualmente importante a inclusão no regulamento da obrigatoriedade de a Comissão Europeia analisar tanto os países com problemas de défice como países em situação excedentária, de modo a ter uma perspectiva realista do quadro macroeconómico europeu.

Apoio o excelente Relatório do Deputado Diogo Feio relativo à aceleração e clarificação da aplicação do procedimento relativo aos défices excessivos. O objectivo do procedimento relativo aos défices excessivos consiste em evitar défices orçamentais excessivos e, caso venham a ocorrer, corrigi-los rapidamente. Aplaudo a exigência de maior rapidez no processo para que a Comissão Europeia torne públicas as suas recomendações.

Considero importante que a Comissão mantenha um diálogo permanente com as autoridades dos Estados-Membros, estando igualmente prevista a possibilidade de efectuar missões destinadas a avaliar a situação económica real do Estado-Membro e a identificar eventuais riscos ou dificuldades no cumprimento dos objectivos deste regulamento. Apoio a possibilidade que é dada à Comissão de poder realizar missões de vigilância adicionais e que possa associar o BCE a essas visitas.

*Apoio o Relatório Ford sobre os requisitos para quadros orçamentais dos Estados-Membros. Aplaudo o facto de o Regulamento ser aplicável a todos os Estados-Membros da UE, estabelecendo um quadro legal necessário para um controlo efectivo e atempado do cumprimento das regras, com base numa análise fiável e independente. Deverá, assim, contribuir para um aumento da transparência no processo de tomada de decisões, bem como da responsabilização dos decisores políticos. Apoio a possibilidade de os governos poderem actualizar o seu quadro orçamental a médio prazo, de modo a reflectir as suas novas prioridades políticas, embora deva claramente realçar as diferenças em relação ao anterior quadro orçamental. "*

## **Palestina: PE considera "legítimo" pedido de reconhecimento enquanto Estado**

O Parlamento Europeu declarou que é "*legítimo*" o pedido de reconhecimento da Palestina enquanto Estado e a adesão à ONU. Numa resolução aprovada em plenário, os eurodeputados apelam aos Estados-Membros da UE para que se mantenham unidos sobre este assunto e pedem que as negociações directas conducentes a uma solução "*dois Estados*" entre israelitas e palestinianos sejam relançadas sem demora.

*"O direito inalienável dos Palestinos à auto-determinação e a terem o seu próprio Estado é inquestionável, como o é o direito de Israel a existir dentro de fronteiras seguras", lê-se na resolução hoje aprovada pelo Parlamento Europeu.*

### **Fronteiras de 1967 com Jerusalém capital de ambos os Estados**

O PE reitera o seu forte apoio à solução "*dois Estados*", com base nas fronteiras de 1967 com Jerusalém capital de ambos os Estados, com o Estado de Israel e um Estado da Palestina independente e democrático.

*"Não devem ser aceites quaisquer alterações das fronteiras anteriores a 1967, incluindo no respeitante a Jerusalém", sublinha a resolução.*

### **Posição comum da UE precisa-se**

Os eurodeputados apelam à Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros, Catherine Ashton, e aos Estados-Membros para que continuem a envidar esforços para chegar a uma posição comum da UE sobre o pedido da Autoridade Palestiniana de adesão à ONU, e para que "*evitem divisões*" entre eles.

A comunidade internacional deve também reconfirmar o seu forte empenho na segurança do Estado de Israel, acrescentam.

### **Israel deve acabar com a construção de colonatos**

O PE apela ao governo israelita para que ponha termo à construção e extensão de colonatos na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental e exorta à cessação dos ataques de mísseis contra Israel a partir da Faixa de Gaza, insistindo na necessidade de uma trégua permanente.

### **Intervenção de eurodeputados portugueses no debate:**

**Mário David (PPE):** *"A não existência de um processo de paz em curso está a colocar em causa os direitos básicos e tem levado à assunção de medidas unilaterais de parte a parte que não têm contribuído, de forma alguma, para um desanuviar das tensões na região e, muito menos, para a busca efectiva de uma vida para os dois povos que têm o direito a viver harmoniosamente em paz, segurança e com dignidade.*

*Chegou a altura da comunidade internacional dizer basta! Chegou a altura da Europa e da Liga Árabe impulsionarem a busca de uma solução duradoura, com sensatez, apresentando soluções viáveis, sem demoras e com prazos limites. É evidente que os Estados Unidos e a Rússia já não fazem parte da solução.*

*Comecemos por Jerusalém: por que não recomeçar a ideia inicial de um corpus separatum administrado pela ONU e que funcione, obviamente, como capital dos dois Estados?*

*Fronteiras: começemos pelas de 67. Troquem-se parcelas de terreno quanto possível e coerente. Cuide-se da defesa de Israel, assunto obviamente incontornável para o povo judeu. Por exemplo, através da colocação de capacetes azuis com americanos, europeus e forças islâmicas junto ao Jordão.*

*Refugiados: existem cerca de 4,8 milhões e têm o direito à sua dignidade. A um futuro ligado a uma terra, de preferência a sua. Mas não são exclusivamente um problema israelita, nem palestino, é também nosso, é dos países vizinhos árabes, da comunidade árabe em geral, mas também da Europa e da restante comunidade internacional.*

*Colonatos: tem de acabar a sua expansão. E isto não é negociável. O anúncio feito hoje é vergonhoso e traduz a hipocrisia e a má-fé num anúncio de disponibilidade para negociações imediatas. Acima de tudo queremos negociações de boa-fé, empenhadas com uma data-limite para a sua conclusão, a partir da qual a comunidade internacional, para manter a sua credibilidade, terá de ter outra atitude."*

**Rui Tavares (GUE/NGL):** *"A pergunta que os palestinianos fazem, não só aos países membros no Conselho de Segurança, não só às nações que estão na ONU, mas a todos e a cada um de nós é muito simples: terão os palestinianos, ocupados, colonizados, o direito de ver a dignidade do seu Estado reconhecido pelas Nações Unidas? Sim ou não? Sem colocar em causa a existência do Estado de Israel ao lado da Palestina, sim ou não? Uma resposta adiada, uma resposta evasiva, é uma resposta indigna. Os palestinianos têm direito a que lhes seja respondido, inclusive pela União Europeia, sim ou não.*

*E, em vez de aceitarmos esta espécie de adiamento permanente, enquanto Israel avança com os colonatos, o que nós deveríamos fazer era falar à sociedade israelita, aos 400 mil da classe média israelita que saíram para as ruas e dizer-lhes: aceitem agora o Estado da Palestina, aceitem agora a paz e a União Europeia tomará em mãos as suas responsabilidades de dar segurança a todos, de dar dignidade a todos e de dar acesso aos mercados da União Europeia, dar acesso à prosperidade a todos. Porque a sociedade civil israelita sabe muito bem que o caminho para onde Netanyahu os leva é o de um beco sem saída e sem amigos.*

*Nós não podemos continuar sempre nesta sina de se ficar à porta das ocasiões históricas. Senhora Ashton, uma resposta simples: sim ou não? Sim! "*

## **Acordo de pesca UE-Marrocos: PE decide não requerer parecer ao Tribunal de Justiça**

**O Parlamento Europeu decidiu não requerer um parecer do Tribunal de Justiça sobre a compatibilidade com os Tratados do protocolo relativo ao acordo de parceria no domínio da pesca entre a UE e Marrocos, o qual se aplica às águas ao largo da costa do Sara Ocidental. Uma proposta de resolução apresentada por 77 eurodeputados solicitando um parecer ao tribunal foi rejeitada em plenário por 302 votos contra, 221 a favor e 30 abstenções.**

Nessa resolução, os eurodeputados chamavam a atenção para o facto de existir incerteza jurídica quanto à compatibilidade do novo protocolo com o direito internacional no que



respeita aos interesses socioeconómicos do Território Não Autónomo do Sara Ocidental e à exploração dos seus recursos naturais e, conseqüentemente, quanto à compatibilidade do novo protocolo com os Tratados europeus. "*Não foi comprovado que a contrapartida financeira da UE seja usada em benefício da população do Sara Ocidental*", diziam os 77 eurodeputados.

### **Contexto**

O primeiro protocolo do acordo de parceria no sector da pesca entre a UE e Marrocos expirou em 28 de Fevereiro deste ano. Em 13 de Julho, foi assinado um novo protocolo que fixa as possibilidades de pesca e a contrapartida financeira e que é aplicável às águas ao largo da costa do Sara Ocidental, que consta desde 1963 da Lista dos Territórios Não Autónomos da ONU.

O novo protocolo requer o consentimento do Parlamento Europeu, que o pode rejeitar na sua totalidade. Este está, portanto, ainda dependente da luz verde dos eurodeputados para entrar em vigor.

# Ordem do dia 26 a 29 Setembro de 2011

## ► Segunda-feira, 26 de Setembro de 2011

**17:00 - 23:00**

Reinício da sessão e ordem dos trabalhos

Livro Verde - Dos desafios às oportunidades: Para um Quadro Estratégico Comum de Financiamento da Investigação e Inovação da UE - *Relatório: Marisa Matias (A7-0302/2011)*

Trocas de produtos agrícolas e de produtos da pesca entre a Comunidade Europeia e a Palestina - *Recomendação: Maria Eleni Koppa (A7-0300/2011)*

Comércio entre a UE e Taiwan - *Pergunta oral (O-000197/2011 - B7-0438/2011)*

Europa, primeiro destino turístico do mundo - novo quadro político para o turismo europeu - *Relatório: Carlo Fidanza (A7-0265/2011)*

Intervenções de um minuto (Artigo 150.º do Regimento)

Breve apresentação dos seguintes relatórios:

Segurança rodoviária europeia - *Relatório: Dieter-Lebrecht Koch (A7-0264/2011)*

Financiamento do reforço da infra-estrutura de barragens nos países em desenvolvimento - *Relatório: Nirj Deva (A7-0213/2011)*

Ajudar os países em desenvolvimento a enfrentarem os desafios no domínio da segurança alimentar - *Relatório: Gabriele Zimmer (A7-0284/2011)*

O sistema das Escolas Europeias - *Relatório: Jean-Marie Cavada (A7-0293/2011)*

A futura política de coesão da UE - *Relatório: Michael Theurer (A7-0287/2011)*

## ► Terça-feira, 27 de Setembro de 2011

**09:00 - 11:00**

Reforçar a capacidade de resposta europeia a situações de catástrofe: papel da protecção civil e da ajuda humanitária - *Relatório: Elisabetta Gardini (A7-0283/2011)*

Nova Política Comercial para a Europa no âmbito da Estratégia EUROPA 2020 - *Relatório: Daniel Caspary (A7-0255/2011)*

**11:00 - 12:30**

Período de perguntas (Comissão)

**12:30 - 14:00 VOTAÇÃO**

Trocas de produtos agrícolas e de produtos da pesca entre a Comunidade Europeia e a Palestina - *Recomendação: Maria Eleni Koppa (A7-0300/2011)*

Acordo sobre certos aspectos dos serviços aéreos entre a UE e o México - *Relatório: Silvia-Adriana Ţicău (A7-0298/2011)*

Possibilidades de pesca e contrapartida financeira previstas no Acordo de Parceria no domínio da pesca entre a Comunidade Europeia e a República de Cabo Verde - *Relatório: Pat the Cope Gallagher (A7-0299/2011)*

Memorando de Cooperação entre a UE e os Estados Unidos da América no domínio da investigação e do desenvolvimento da aviação civil - *Recomendação: Herbert Reul (A7-0301/2011)*

Extensão do âmbito de aplicação do Regulamento relativo ao transporte rodoviário profissional transfronteiriço de notas e moedas de euro entre os Estados-Membros da área do euro - *Recomendação: Sophie Auconie (A7-0077/2011)*

Livro Verde - Dos desafios às oportunidades: Para um Quadro Estratégico Comum de Financiamento da Investigação e Inovação da UE - *Relatório: Marisa Matias (A7-0302/2011)*

O sistema das Escolas Europeias - *Relatório: Jean-Marie Cavada (A7-0293/2011)*

A futura política de coesão da UE - *Relatório: Michael Theurer (A7-0287/2011)*

Reforçar a capacidade de resposta europeia a situações de catástrofe: papel da protecção civil e da ajuda humanitária - *Relatório: Elisabetta Gardini (A7-0283/2011)*

Transporte rodoviário profissional transfronteiriço de notas e moedas de euro entre os Estados-Membros da área do euro - *Relatório: Sophie Auconie (A7-0076/2011)*

Produtos e tecnologias de dupla utilização - *Relatório: Jörg Leichtfried (A7-0028/2011)*  
Europa, primeiro destino turístico do mundo - novo quadro político para o turismo europeu - *Relatório: Carlo Fidanza (A7-0265/2011)*

Segurança rodoviária europeia - *Relatório: Dieter-Lebrecht Koch (A7-0264/2011)*

Financiamento do reforço da infra-estrutura de barragens nos países em desenvolvimento - *Relatório: Nirj Deva (A7-0213/2011)*

Ajudar os países em desenvolvimento a enfrentarem os desafios no domínio da segurança alimentar - *Relatório: Gabriele Zimmer (A7-0284/2011)*

Declarações unilaterais nas actas das reuniões do Conselho - *Relatório: Rafał Trzaskowski (A7-0269/2011)*

Nova Política Comercial para a Europa no âmbito da Estratégia EUROPA 2020 - *Relatório: Daniel Caspary (A7-0255/2011)*

**15:00 - 16:30**

Período de perguntas com o Presidente do Eurogrupo Jean-Claude Juncker

**16:30 - 21:00**

Actividade da semana ministerial da Assembleia Geral das Nações Unidas, em especial o processo de paz no Médio Oriente e o Norte de África - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Cimeira da Parceria Oriental (Varsóvia, 29 de Setembro) - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Orientação sexual e identidade de género no Conselho dos Direitos do Homem das Nações Unidas - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Tensões entre a Turquia e a República de Chipre - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

► **Quarta-feira, 28 de Setembro de 2011**

**09:00 - 11:50 DEBATE PRIORITÁRIO**

Estado da União - *Declaração do Presidente da Comissão*

**12:00 - 13:30 VOTAÇÃO**

Projecto de orçamento rectificativo n.º 4/2011: recursos próprios, migração e fluxos de refugiados - *Relatório: Sidonia Elżbieta Jędrzejewska (A7-0312/2011)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (pedido EGF/2010/017 DK/Midtjylland Machinery apresentado pela Dinamarca) - *Relatório: Barbara Matera (A7-0309/2011)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2011/003 DE/Arnsberg e Düsseldorf – Indústria automóvel/Alemanha - *Relatório: Barbara Matera (A7-0311/2011)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2010/026 PT/Rohde - Portugal - *Relatório: Barbara Matera (A7-0310/2011)*

Alteração de concessões previstas nas listas da Bulgária e da Roménia, no contexto da adesão destes países à União Europeia (Acordo UE-Argentina) - *Recomendação: Vital Moreira (A7-0297/2011)*

Alteração de concessões previstas nas listas da Bulgária e da Roménia, no contexto da adesão destes países à União Europeia (Acordo UE-Austrália) - *Recomendação: Vital Moreira (A7-0296/2011)*

Alteração de concessões previstas nas listas da Bulgária e da Roménia, no contexto da adesão destes países à União Europeia (Acordo UE-Nova Zelândia) - *Recomendação: Vital Moreira (A7-0295/2011)*

Supervisão das situações orçamentais e supervisão e coordenação das políticas económicas - *Relatório: Corien Wortmann-Kool (A7-0178/2011)*

Supervisão orçamental na área do euro - *Relatório: Sylvie Goulard (A7-0180/2011)* 10  
Medidas de execução para corrigir os desequilíbrios macroeconómicos excessivos na área do euro - *Relatório: Carl Haglund (A7-0182/2011)*

Prevenção e correcção dos desequilíbrios macroeconómicos - *Relatório: Elisa Ferreira (A7-0183/2011)*

Aplicação do procedimento relativo aos défices excessivos - *Relatório: Diogo Feio (A7-0179/2011)*

Requisitos aplicáveis aos quadros orçamentais dos Estados-Membros - *Relatório: Vicky Ford (A7-0184/2011)*

Orientação sexual e identidade de género no Conselho dos Direitos do Homem das Nações Unidas - *Proposta de resolução*

**15:00 - 19:00**

Programa "Food for Free" - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Cimeira da Terra Rio +20 - *Perguntas orais* (O-000181/2011 - B7-0436/2011) (O-000182/2011 - B7-0437/2011)

Ajuda da UE aos refugiados na Tunísia - *Declaração da Comissão*

► **Quinta-feira, 29 de Setembro de 2011**

**09:00 - 11:50**

Discussão conjunta - Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização

Futuro do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização - *Declaração da Comissão*  
Alteração do Regulamento (CE) n.º 1927/2006 que institui o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização - *Relatório: Pervenche Berès* (A7-0308/2011)

Orientações em matéria de auxílios estatais destinados às indústrias com elevado consumo de energia - *Pergunta oral* (O-000158/2011 - B7-0435/2011)

Scanners de segurança - *Declaração da Comissão*

**12:00 - 13:30 VOTAÇÃO**

Alteração do Regulamento (CE) n.º 1927/2006 que institui o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização - *Relatório: Pervenche Berès* (A7-0308/2011)

A situação na Palestina

Cimeira da Terra Rio +20 - *Proposta de resolução*

Futuro do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização - *Proposta de resolução*

Parecer solicitado ao Tribunal de Justiça sobre a compatibilidade com os Tratados do Protocolo ao Acordo de Parceria no domínio da pesca entre a UE e Marrocos - *Proposta de resolução*